

PREPARAÇÃO DE PESSOAL DOCENTE PARA ESCOLAS PRIMÁRIAS RURAIS (*)

LOURENÇO FILHO

Da Universidade do Brasil

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Para a formação do pessoal docente destinado a *escolas rurais*, consideráveis esforços vêm sendo realizados, no Brasil, desde algum tempo. Experiências pioneiras houve nesse sentido, antes da lei orgânica do ensino normal, que é de janeiro de 1946; em conseqüência dessa providência do governo federal é que, no entanto, o movimento tomou maior firmeza e expansão. Já no ano de 1951, funcionavam 121 *cursos normais regionais*, de par com as *escolas normais comuns*, então, em número de 434. A maioria desses cursos regionais ainda não apresenta perfeitas condições de organização e funcionamento; muitos deles, porém, estão realizando trabalho digno de ser conhecido e analisado. Deles destacaremos dois, para descrição especial: o da *Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte*, no Estado do Ceará, o mais antigo, pois que seus trabalhos datam de 1934; e os serviços de treinamento, formação e aperfeiçoamento da Fazenda do Rosário, no município de Betim, Estado de Minas Gerais, iniciados em 1948.

Antes de descrevê-los, convirá examinar a situação do problema da formação do magistério primário no país, em geral. Ao contrário do que pensam muitos, a formação especializada de mestres rurais, não é senão um dos aspectos desse problema mais amplo.

Nosso país foi dos primeiros na América a criar escolas normais mantidas pelo poder público; a Escola Normal de Ni-

(*) Estudo preparado por solicitação da UNESCO, e por essa Organização publicado em francês e em inglês, na obra intitulada *La Formation Professionnelle du Personnel Enseignant Primaire*.

terói, na então província do Rio de Janeiro, data de 1834. Não obstante, há enorme *deficit* de pessoal em face das necessidades sempre crescentes do ensino. Um inquérito, não há muito levantado em todo o país, mostrou que 48% dos mestres em serviço nas escolas primárias não tiveram oportunidade de receber qualquer preparação pedagógica. Existem, é certo, grandes variações de uma para outra região. Na do sul, mais densamente povoada, de maior capacidade econômica e em curso de rápida industrialização, há Estados nos quais a taxa de mestres que não passaram por escolas normais desce a 10% ; num deles, o de São Paulo, já os estabelecimentos de educação primária mantidos pelos poderes estaduais não mais abrigam *regentes leigos*, como são chamados tais mestres improvisados. Mas, Estados há, no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, em que a percentagem é da ordem de 70 a 80%. Não só em grande número de escolas primárias das zonas rurais, mas também em numerosas escolas de pequenas cidades e vilas, nessas unidades, o ensino não está entregue a pessoal devidamente habilitado.

A que se deverá esse fato, impeditivo de boa organização da escola, e assim de seu maior rendimento pedagógico e social?...

A vários fatores, dos quais cumprirá destacar dois, principalmente. O primeiro é o da *dispersão demográfica*. Com mais de oito e meio milhões de km², tem o país 52 milhões de habitantes, o que dá a média teórica de 6 habitantes por Km². A distribuição real, porém, está muito longe de ser uniforme; em duas terças partes do território, ou seja, em toda a área das regiões norte e centro-oeste, a densidade demográfica é inferior a 1 habitante por km². A região mais habitada, a do sul, conta 21 habitantes por km²; a região leste, 15, e a região nordeste, 13.

Acresce o tipo dispersivo do povoamento. Na maior parte do país, os processos primitivos de exploração da terra (agricultura extensiva, atividades pastoris e indústrias extrativas), levam a uma como que atomização demográfica. A população rural se dispersa em casas isoladas, ou núcleos de poucas habitações, muito distanciados uns dos outros. Em conjunto, revelou o recenseamento de 1940 que as aglomerações de mais de 5 mil habitantes não somavam senão um quinto da população, e esse estado de coisas pouco se alterou nos resultados do censo geral de 1950.

Em cerca de 10% dos núcleos chamados *sedes de distritos*, que representam situação de passagem dos *quadros rurais* para *os urbanos*, a população não era superior a 100 habitantes. Há, assim, extensas zonas do país não susceptíveis de receber organização escolar de tipo comum. Muitas zonas, como as chamamos em estudo publicado em 1942, representam espaços não *escolarizáveis* (1). Funcionalmente, uma escola é um *centro de comunidade*, razão por que um sistema escolar só bem se estabelece quando também represente laço funcional entre escolas de várias comunidades, para fins de organização, administração e medidas de previsão nos serviços de ensino, entre os quais o da formação de seu pessoal.

A essa condição negativa têm-se juntado outras, decorrentes das tradições naturais e normas político-administrativas. O regime de produção nos três séculos em que o Brasil foi colônia portuguesa, e o trabalho servil em que se baseava, (escravidão índia a princípio, e escravidão negra, até 1888) não podiam estimular as aspirações culturais do povo, ou sequer admiti-las, senão para pequenos grupos privilegiados. As comunidades locais, por si mesmas, não chegavam a ter iniciativa nesse sentido; esperavam, como ainda esperam, na maioria, pela decisão dos governos regionais ou do governo central. Desde 1889, o Brasil é república federativa; antes, a partir de 1822, foi império constitucional, de tipo unitário. Quer num, quer noutro desses regimes, os negócios da educação popular têm estado entregues aos governos regionais, (*províncias* no império, *Estados* na república). A divisão territorial dessas unidades, mantida pela tradição, é de todo irracional quanto à área, população e recursos econômicos. Bastará dizer, a esse respeito, que a tributação geral *per capita*, de uns para outros Estados, tem variado segundo índices de 1 para 100. E ainda mais: a participação dos tributos arrecadados não considera a soma dos encargos das administrações locais, ou dos municípios, e a das administrações regionais, ou dos Estados. Na realidade, os municípios têm recebido 10% apenas da renda pública; os Estado menos de 40%; o governo central, mais de 50%.

A carência de recursos da parte de muitos Estados, a que tem cabido sempre o encargo da formação do *pessoal docente*

(1) LOURENÇO FILHO, *Tendências da Educação Brasileira*, Ed. Melhoramentos, São Paulo, 1942.

primário, pode explicar as profundas diferenças regionais nas realizações educativas, no número de escolas, tipos de instalações escolares, sistema de retribuição dos mestres, seu recrutamento e preparação; e, com isso e em tudo isso, o insuficiente desenvolvimento do ensino nas zonas rurais.

Pelo recenseamento de 1940, a taxa geral de analfabetismo, nos grupos da população brasileira de dez e mais anos, subia a 57%. Na região sul, era de 42%; nos estados do norte, 56%; na parte leste, 58%; nos estados do centro-oeste, 67%, elevando-se na região do nordeste a 72%. Não estão publicados todos os dados do recenseamento de 1950, mas pelos que já o foram, pode-se concluir que houve sensível redução da taxa de analfabetos (2). Ainda assim, essa redução se terá dado especialmente nas cidades, não nas zonas rurais. Se tomarmos os resultados relativos a um dos Estados de melhor situação educacional, o do Rio Grande do Sul, encontramos a taxa de 25% de analfabetos nas cidades e vilas, e a de 50% nos quadros rurais; se considerarmos, ao contrário, o Estado do Maranhão, que figura entre os de pior situação, achamos a taxa de 41% de analfabetos nas cidades, e a de 85% nas zonas rurais.

Tanto num como noutro recenseamento, a população dos quadros rurais representava mais que duas terças partes da população total. No entanto, o total de alunos inscritos nas zonas rurais não tem alcançado senão metade da matrícula total do ensino primário: em consequência a desproporção das oportunidades educacionais é enorme.

Nos Estados mais providos de escolas, ainda assim há dificuldades em fazê-las funcionar com mestres que hajam passado por escolas normais, sobretudo nas zonas rurais. A razão é simples. Esses centros de preparação pedagógica têm sido em número insuficiente; estão mal distribuídos do ponto de vista regional, pois vários Estados só os possuem nas capitais; a maior parte deles (69%) são mantidos por entidades particulares, com fiscalização pouco eficiente de parte dos poderes públicos, e ensino pago pelos pais dos alunos. As escolas normais, que funcionam em cidades, possuem cursos desenvolvidos, com sete anos de estudos após a conclusão do curso primário, ou, pelo menos,

(2) Segundo os dados publicados, a taxa geral de analfabetismo nas idades de 15 e mais anos, reduziu-se a 50%, em grande parte por efeito da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, iniciada em janeiro de 1947.

seis. A clientela, na quase totalidade, é de alunos do sexo feminino.

Estabelecimentos até certo ponto satisfatórios para a formação de mestres destinados ao *ensino das cidades*, essas escolas não vêm satisfazendo, porém, na quantidade, e em certos requisitos, na qualidade, aos reclamos do ensino nas escolas rurais. O primeiro desses aspectos, mais que o segundo, tem sido notado em pequenos Estados, de escassos recursos; o segundo, ainda em alguns deles, e em outros de maior capacidade econômica. Mas, ainda que dispusessem de mestres de boa formação pedagógica, obtida em escolas normais conceituadas, a verdade é que as escolas rurais não dão, nem nas condições atuais de organização podem dar, o rendimento pedagógico e social desejado. A capacidade de matrícula raramente é esgotada; restam sempre lugares vagos, muito embora haja crianças em idade escolar no círculo de dois ou três quilômetros de raio, previsto para a obrigatoriedade de ensino. Se os alunos se matriculam, não são frequentes às aulas. Ainda que frequentes, contentam-se em ir à escola por um ano, na grande maioria. (3)

Esse baixo rendimento passou a ser visto, por alguns administradores de ensino, sobretudo como expressão de mau trabalho dos mestres. Para sanar o mal, pensaram, dever-se-ia dar preparação específica aos mestres das escolas rurais, o que não se pode contestar; mas, também, baseá-la em conhecimento de técnicas agrícolas, conclusão, no entanto, que exige maior análise.

Essa maneira de ver começou a manifestar-se sobretudo depois de 1930, apoiada na observação da migração interna de grandes grupos de população das zonas rurais para as cidades, e ainda de grupos urbanos ou rurais, de estados do nordeste, (nas zonas sujeitas a secas periódicas) dessa região para outras. Em 1929, num desses Estados, o do Ceará, uma reunião de administradores municipais concluiu pela necessidade de transformar a escola primária, a fim de que ela cumprisse a sua missão, "fixando o homem ao campo". Em 1932, o Ministério da Agricultura, por seu Serviço de Fomento Agrícola, na mesma ordem de idéias, começou a estabelecer acordos de cooperação

(3) A escolaridade média das crianças brasileiras, ou seu tempo de frequência à escola, figura entre as menores do mundo; *um ano e quatro meses*. A distribuição percentual da matrícula pelos cinco anos do curso tem sido a seguinte: 1º ano, 55%; 2º ano, 24%, 3º ano, 14%; 4º ano, 6%; 5º ano, 1%.

entre as inspetorias agrícolas regionais e os grupos escolares de vários Estados, robustecendo, assim, a idéia de que os mestres primários devem possuir preparação em *técnicas agrícolas*. Por outro lado, desde 1922, o governo federal, que vinha desenvolvendo alguns esforços no sentido da melhoria sanitária das populações rurais, verificava que as medidas postas em prática só poderiam alcançar pleno êxito quando apoiadas em maior extensão pela educação popular. A idéia da preparação técnico-agrícola dos mestres rurais vinha assim juntar-se à de maior preparação em higiene e profilaxia. Dando corpo a esse pensamento é que surgiu a experiência pioneira de Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará, e, assim também, em vários Estados, um movimento de propaganda, que se veio chamar de *ruralização do ensino* (4).

No entanto, tendência diversa, com relação à matéria, começava a formar-se e a ser exposta por alguns professores universitários e outros pensadores sociais. Para estes, o complexo problema da educação rural era de natureza muito mais complexa. Não se poderia admitir a fórmula simplista de que a escola elementar pudesse "fixar o homem no campo", desde que ensinasse, ou se pretendesse ensinar às crianças, rudimentares técnicas agrícolas e de defesa da saúde. Muito embora toda e qualquer escola primária deva ter em conta o ambiente em que trabalhe, e seja desejável e necessária a preparação dos mestres nesse sentido, não se deverá pretender fazer nela *nenhum ensino de caráter profissional*. Para boa solução, o problema deveria exigir medidas de muito maior envergadura: reforma do regime agrário; desenvolvimento não só dos serviços de fomento da produção agrícola como de distribuição de crédito e defesa da produção; melhoria das vias de comunicação e serviços de assistência; serviços de educação de adolescentes e adultos analfabetos; "missões rurais" com o emprego de processos técnicos modernos de difusão, como os do cinema; e, enfim, melhoria das instalações escolares, construção de casas de residência para os professores, organização regional de sua formação, com atenção às necessidades gerais de vida em cada ambiente. De modo geral, esse segundo grupo tem defendido programa muito simi-

(14) Essa idéia tinha sido exposta, aliás, já no começo do século por pensadores sociais tais como Sílvio Romero e Alberto Torres. Deram-lhe maior eco o sanitarista Belizário Pena e o educador Sud Mennucci.

lar àquele que a Unesco, mais tarde, veio a definir como de *educação de base* (5).

As idéias defendidas por um e outro dos grupos têm-se revelado, por alguns aspectos, úteis ao progresso do pensamento pedagógico e social do país. Ademais, essas idéias se tocam, por vários pontos, como se pode ver dos anais dos trabalhos da I *Conferência Nacional de Educação*, reunida pelo Ministério da Educação, em 1941, no Rio de Janeiro, e nos do *VII Congresso Brasileiro de Educação*, realizado em Goiânia em 1942, por iniciativa da *Associação Brasileira de Educação*, cujo programa versou sobre a educação primária fundamental, especialmente nas zonas rurais. Em ambas essas reuniões defendeu-se também a idéia de maior auxílio por parte do governo federal ao ensino primário, dadas as condições de variação da capacidade econômica de cada região do país, e a obtenção, assim, de melhores níveis de organização escolar.

n. A PREPARAÇÃO DOS MESTRES PRIMÁRIOS EM GERAL

Como já dissemos, os serviços de ensino primário e os de preparação de seu pessoal docente têm estado entregues aos governos regionais. Políticos do Império e do começo da República já haviam defendido, porém, projetos de participação do governo central nesses serviços; mas as realizações tardaram, e só depois da revolução nacional de 1930 foram praticamente iniciadas, ainda que lentamente.

Em fins de 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde. Na Constituição política de 1934, determinava-se que o governo federal fixasse um *plano nacional de educação*, compreensivo de todos os graus e ramos de ensino, e no qual o governo da República viesse a concorrer com ação suplementar, onde houvesse falta de recursos ou de iniciativa. Esse plano não chegou a ser organizado. No entanto, em 1938, criou-se o *Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos*, em consequência de cujas investigações vinha a ser estabelecido, em 1942, o *Fundo Nacional de Ensino Primário*, cujos recursos começaram a ser distribuídos em 1946, sobretudo para aplicação nas zonas caren-

es) Figuram entre esses os professores Fernando de Azevedo e A. Almeida Júnior, da Universidade de São Paulo e Abgar Renault, da Universidade de Minas Gerais. Igualmente o Dr. M. A. Teixeira de Freitas, em seus mais recentes trabalhos.

tes (6). A Constituição política de setembro desse mesmo ano incorporou aos seus princípios a idéia do fundo nacional e da ação federal complementar.

Antes mesmo disso, ou em janeiro de 1946, expediu o governo federal duas importantes leis, a *lei orgânica do ensino primário* e a *lei orgânica do ensino normal*, assuntos de que a União não havia tratado antes.

Como se vê do texto das duas leis, (decreto-lei n.º 8 529, de 2 de janeiro de 1946, e decreto-lei n.º 8 530, da mesma data), bem como da exposição de motivos, que as acompanham, diferentes aspectos de organização do ensino primário e do ensino normal são aí tratados solidariamente. A lei do ensino primário insiste na necessidade da adaptação regional do trabalho escolar; determina-se faça adequado *planejamento* para equitativa distribuição das escolas, segundo os contingentes de população infantil; dá especial relevo ao *ensino supletivo*, destinado aos adolescentes e adultos analfabetos; estabelece como condição para percepção de auxílio federal, pelos Estados, também o planejamento da formação do pessoal de ensino, segundo as necessidades do número das escolas primárias e de sua distribuição geográfica; cria, enfim, obrigações para as empresas agrícolas e indústrias quanto a facilidades que devem ser concedidas à instalação e ao funcionamento de escolas e da residência para os mestres.

A exposição de motivos da lei de ensino normal diz, textualmente: "A coordenação dos serviços de ensino primário, por lei orgânica, exige como natural consequência igual coordenação do ensino normal, que provê à formação do pessoal de ensino necessário àquele grau de ensino". Depois de referir-se aos estudos realizados pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, a respeito do assunto, esclarece essa exposição: "Dois níveis são julgados necessários na formação docente de grau primário, em virtude das diferenças de ordem econômica e cultural existentes entre as várias regiões do país, e, ainda, dentro dessas regiões,

(6) A distribuição dos recursos desse *fundo nacional* tem sido feita na proporção de 70% para a construção de escolas primárias em zonas rurais e construção de escolas normais regionais, ou rurais; 25% para a campanha de educação de adolescentes e adultos analfabetos, cujos serviços se desenvolvem, na maior **parte, em zonas rurais**, e 5% para a realização de cursos de aperfeiçoamento de mestres e de administradores de ensino primário. O programa de construções rurais, com residência para o mestre, de 1946 a 1950, compreendeu auxílio para 6160 escolas, das quais já se construíram mais de quatro mil.

em zonas claramente determinadas por essas condições. O primeiro desses níveis corresponde ao ciclo inicial dos cursos de segundo grau, em quatro anos de estudos, e habilitará *regentes de ensino primário*; o outro, correspondente ao segundo ciclo desse mesmo grau, e a fazer-se em três anos, após a conclusão do primeiro, (ou após a conclusão do ginásio) formará *mestres primários*. O projeto adota essa estrutura, que é a de todas as leis orgânicas do segundo grau, a fim de não manter o isolamento do ensino normal, em relação ao plano geral de estudos vigente no país, como até agora tem acontecido" (7).

A seguir explica: "Neste particular, deve ser observado que, havendo sentido o problema dessa diferenciação necessária na preparação do magistério, alguns educadores têm propugnado pelo estabelecimento de *escolas normais rurais*. O projeto não repudia essa maneira de ver, antes a amplia, admitindo o estabelecimento de cursos normais *regionais*, de estrutura flexível, segundo as zonas a que devam servir, e que tanto poderão ser de sentido nitidamente agrícola como de economia extrativa, ou ainda de atividades peculiares às zonas do litoral. Foi essa também uma das conclusões do recente *IX Congresso Brasileiro de Educação*, reunido no Rio de Janeiro, pela Associação Brasileira de Educação."

Os dois níveis, ou ciclos, estabelecidos para a formação de pessoal docente primário assim se caracterizam:

a) *1.º ciclo, de formação de regentes de ensino primário*, em cursos de quatro anos, de sentido nitidamente regional; a matrícula neles exige idade de 13 anos e certificados de estudos primários completos (cinco anos); esses cursos regionais deverão ter orientação variada segundo seja a região de atividades agrícolas, pastoris, de mineração ou de indústria extrativa vegetal;

b) *2.º ciclo, de formação de professores primários*, com estudos de três anos após a conclusão do curso de regentes, ou após a conclusão do 1.º ciclo do curso secundário geral; não se estabelece idade mínima como condição para matrícula; onde haja conveniência, o curso poderá ter realização intensiva, em dois anos apenas.

(7) A estrutura geral do ensino de 2º grau, no Brasil, apresenta hoje, perfeita simetria em todos os ramos. Quer no ensino secundário geral, quer no comercial, industrial e agrícola, há dois ciclos de estudos, um *básico*, de 4 anos; outro *colegial* ou *técnico*, de 3 anos.

As disciplinas mínimas exigidas na organização dos cursos de 1.º ciclo, ou normais regionais, são as seguintes:

- 1.º ano: português, matemática; geografia do Brasil; ciências naturais; desenho e caligrafia; trabalhos manuais e economia doméstica; canto orfeônico e educação física;
- 2.º ano: português; matemática; geografia do Brasil; ciências naturais; desenho e caligrafia; trabalhos manuais e atividades econômicas da região; canto orfeônico e educação física;
- 3.º ano: português; matemática; noções de anatomia e fisiologia humana; história geral; desenho; trabalhos manuais e atividades econômicas da região; canto orfeônico; educação física, recreação e jogos;
- 4.º ano: português, psicologia e pedagogia; noções de higiene; história do Brasil; didática e prática de ensino; desenho; canto orfeônico; educação física, recreação e jogos.

No espírito da lei ocupa a disciplina *trabalhos manuais e atividades econômicas da região*, papel central, ou dominante. Deverá desenvolver trabalhos práticos para conhecimento das técnicas regionais de produção e exercícios de observação e investigação, quanto à vida dos grupos de população, seus costumes e possibilidades de melhoria por influência da escola. A legislação de cada Estado poderá acrescentar outras disciplinas, se isso for julgado conveniente, e deverá, em cada caso, definir o caráter especializado dos cursos regionais que estabeleça.

Os programas de ensino, declara a lei orgânica, deverão ser simples, claros e flexíveis. Em sua realização, deverão ser atendidos os seguintes pontos: a) adoção de processos pedagógicos ativos; b) a educação moral e cívica deverá resultar do espírito e execução de todo o ensino; c) as aulas de metodologia tratarão dos objetivos de cada disciplina do ensino primário, sua articulação e integração, formas e procedimentos aconselháveis; d) a prática de ensino deverá ser feita em exercícios de observação e participação real no trabalho docente; e) as aulas de desenho, trabalhos manuais, canto, educação física e recreação e jogos compreenderão, também, no último ano de estudos,

a orientação metodológica de cada uma dessas disciplinas no grau primário, com especial atenção às necessidades regionais; f) o ensino religioso poderá ser estabelecido com caráter facultativo, não constituindo objeto de frequência compulsória por parte dos alunos.

Ainda determina a lei que, entre alunos e professores, haja regime de ativa e constante colaboração. Como atividade complementar, os estabelecimentos de ensino normal deverão promover entre os alunos a organização e o desenvolvimento de instituições *para-escolares*, destinadas a criar espíritos de cooperação e *serviço social* entre os futuros mestres.

Todos os estabelecimentos de ensino normal deverão manter escolas primárias anexas para demonstração e prática de ensino; no caso dos cursos regionais haverá, pelo menos, duas escolas, de um só professor, para o mesmo efeito.

O curso normal de 2.º ciclo, que se fará para candidatos que hajam concluído o curso de regentes, ou o curso de ginásio (1.º ciclo dos estudos secundários), compreende as seguintes disciplinas:

- 1.º ano : português; matemática; anatomia e fisiologia humana; física e química; desenho e artes aplicadas; música e canto; educação física, recreação e jogos;
- 2.º ano: biologia e psicologia aplicadas à educação; higiene e educação sanitária; metodologia do ensino primário; desenho e artes aplicadas; música e canto; educação física, recreação e jogos;
- 3.º ano: psicologia e sociologia aplicadas à educação; noções de história e filosofia da educação; higiene e puericultura; metodologia e prática do ensino primário; desenho e artes aplicadas; música e canto; educação física, recreação e jogos.

No ano de 1951, funcionaram no Brasil 546 estabelecimentos de ensino normal, dos quais 434 escolas normais e 112 cursos normais regionais. A distribuição desses estabelecimentos pelos Estados, Territórios e Distrito Federal é a que se vê no Quadro I. Neles estavam matriculados 35 mil alunos; o número de mestres diplomados não excedeu 10 mil.

QUADRO I

DISTRIBUIÇÃO DAS ESCOLAS NORMAIS E CURSOS NORMAIS REGIONAIS PELOS ESTADOS, TERRITÓRIOS E DISTRITO FEDERAL EM 1951.

	Cursos regionais	Escolas normais	TOTAL
Alagoas	2	4	6
Amazonas	6	4	10
Bahia	2	12	14
Ceará	12	12	24
Espírito Santo	1	13	14
Goiás	6	16	22
Maranhão	1	1	2
Mato Grosso	-	3	3
Minas Gerais	9	124	133
Pará	2	4	6
Paraíba	8	8	16
Paraná	8	16	24
Pernambuco	9	11	20
Piauí	1	4	5
Rio Grande do Norte	-	2	2
Rio Grande do Sul	2	27	29
Rio de Janeiro	-	20	20
Santa Catarina	38	12	50
São Paulo	-	135	135
Sergipe	2	2	4
T. do Acre	2	2	4
T. do Amapá	1	-	1
T. do Guaporé	1	1	2
T. do Rio Branco	1	-	1
Distrito Federal	-	11	11
TOTAIS	112	434	546

O mais simples confronto entre os números transcritos e os dados da superfície e população dos Estados e Territórios mostra, na maioria deles, que os estabelecimentos de ensino normal são insuficientes. O Estado do Maranhão, por exemplo, com mais de 300 mil km² de superfície e população superior a um milhão e meio de habitantes, só possui 2 estabelecimentos de ensino normal. O Estado de Mato Grosso, com mais de um milhão e 200 mil km², e um milhão e trezentos mil habitantes, só dispõe de três escolas normais, localizadas em sua capital. Estão, no entanto, em excelente situação, quanto ao número de estabelecimentos, o Estado de São Paulo com 135, para uma superfície de 260 mil km² e oito milhões de habitantes; Minas Gerais com 133, e o pequeno Estado de Santa Catarina, cuja superfície é apenas de 95 mil km² com 50 estabelecimentos, dos quais 38 são cursos regionais, bem distribuídos. Deve ser lembrado que este último Estado é também o que melhor proporção apresenta entre a matrícula das escolas primárias urbanas e a das escolas rurais, como aliás seria de prever.

A política federal para o desenvolvimento do ensino normal regional, ou rural, realizada a partir de 1947, tem consistido em auxílios distribuídos a 16 Estados e 4 Territórios, para a construção de 51 edifícios, e ampliação ou reforma de outros 19; esses auxílios totalizam 120 milhões de cruzeiros. Tem a ação federal contribuído também para a estimulação de cursos regionais de treinamento e aperfeiçoamento de mestres rurais, quer eles hajam passado, anteriormente, quer não, por escolas normais.

Por esse modo, os dois aspectos têm sido focalizados: o da *formação de novos mestres*, com preparação de cunho regional, e o *treinamento de mestres já em serviço*, para coordenação de seu trabalho à nova orientação que se procura firmar.

III. A EXPERIÊNCIA DE JUAZEIRO DO NORTE

A primeira experiência de preparação especializada de pessoal de ensino para escolas rurais, no Brasil, surgiu em 1934, na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará (8).

(8) O Estado do Ceará, na região nordeste, de clima semi-árido, sujeita a secas periódicas, estende-se de 2° 45' a 7° 52' S, e de 40 00 W Gr. Superfície de 153 mil km². e população de 2.750 000 habitantes. O município de Juazeiro do Norte, a 600 km de distância do litoral, está ao sul do estado, em zona fértil, tem 60 mil habitantes, dos quais 42 mil vivem

A idéia foi levantada pelo então diretor geral do ensino desse Estado, o Sr. Joaquim Moreira de Sousa que, já em 1931, havia apresentado ao IV Congresso Nacional de Educação um estudo relativo à organização do ensino normal; sugeriu esse técnico que o ensino normal tivesse organização federal, isto é, fosse disciplinado pelo governo central, e que na preparação dos mestres se incluísse o estudo de higiene rural, a prática da agricultura e a de indústrias rurais. Em suas próprias palavras, seria preciso "formar na alma do povo, por intermédio do mestre primário, a consciência sanitária e a consciência agrícola, de que está a depender a grandeza do Brasil". Logo depois, propunha êle ao governo do Estado do Ceará que o ensino da agricultura e de indústrias rurais passasse a ser feito em todas as escolas normais; em 1933, considerando mais de frente o problema, propôs a criação de uma *escola normal rural*, a ser instalada num dos municípios do interior.

Não havendo recursos de parte do governo, insistiu o Sr. Moreira de Sousa com as autoridades estaduais no sentido de que fosse expedido um decreto pelo qual se admitisse a realização do projeto por entidade privada, com pequeno auxílio dos poderes públicos. Isso foi afinal aceito. Graças aos esforços de uma dedicada professora, Amélia Xavier de Oliveira, criou-se, então, em Juazeiro do Norte, uma associação privada, que se ofereceu para fazer instalar e manter a escola normal rural prevista. Desde logo oferecia casa, terreno e material didático. Lavrou-se acordo entre a associação e o governo do Estado, vindo a organização a iniciar seus trabalhos em 1934, com um curso primário, e outro de adaptação ao curso normal propriamente dito, ou intermediário. A direção esteve primeiramente entregue ao Dr. Plácido Castelo, logo porém substituído pela professora Amélia Xavier de Oliveira, que nessas funções tem permanecido.

Os fins propostos para a escola normal rural, de que o primeiro ano de estudos veio a funcionar em 1935, com cinco alunos apenas, assim foram expressos em seu regulamento, datado do ano anterior:

na cidade, situação essa que é excepcional na região, e no país, em geral. Tal aglomeração urbana explica-se por ser Juazeiro um centro religioso. Aí viveu o famoso Padre Cícero Romão Batista, tido como traumaturgo, e cuja vida e atuação o A. estudou no livro *Juazeiro de Padre Cícero*, Ed. Melhoramentos, São Paulo, 1928.

- a) preparar mestres para o ensino primário das zonas rurais do Estado, de maneira a torná-los aptos a orientar racionalmente as novas gerações para as tarefas agrícolas, dando-lhes a conhecer os meios de defesa da saúde e de incentivo do progresso nos campos;
- b) contribuir, através do preparo conveniente dos mestres, para que a escola primária rural se torne um centro de iniciação econômica e profissional;
- c) dar, pels mestres, consciência agrícola e sanitária às populações rurais, além da compreensão do valor da previdência e da economia, como condição de felicidade individual e coletiva;
- d) despertar, por meio dos mestres primários, nos futuros agricultores e criadores, a consciência do valor de sua classe, que, organizada e liberta de toda influência estranha dominadora, deve colaborar ao lado das demais classes no engrandecimento e no governo do país.

Dados esses elevados fins, o curso normal rural projetado deveria exigir, como condição de admissão dos alunos, maior preparação prévia que a dos estudos primários. Por essa razão estabeleceu-se um curso intermediário, de dois anos, com as seguintes disciplinas:

- 1.º ano: matemática; geografia; francês; música; educação física; desenho; trabalhos manuais e práticas agrícolas.
- 2.º ano: português; matemática; história do Brasil; francês; música; educação física; desenho; trabalhos manuais e práticas agrícolas.

Aprovados, nesse curso, os alunos matriculavam-se no curso normal rural, propriamente dito, com três anos de estudos, a saber:

- 1.º ano: português; matemática; noções de fisiogeografia geral e do Brasil; história do Brasil; antropogeografia; desenho; trabalhos manuais; música; educação física;
- 2.º ano: português; matemática; fisiografia do Brasil; antropogeografia; ciências físicas e naturais; desenho e trabalhos manuais; música; educação física;

3.º ano: educação sanitária; psicologia e metodologia; agricultura e indústrias rurais; educação econômica; desenho e trabalhos manuais; música; educação física.

Como se vê, as *práticas agrícolas* são iniciadas no curso intermediário, e, em todos os três anos do curso normal, como explica o regulamento, deverão acompanhar o estudo teórico com trabalhos de campo, duas vezes por semana. Todo o ensino deve "ter feição essencialmente prática e utilitária, orientada sempre para o maior desenvolvimento e melhor produção das riquezas do solo, e, conjuntamente, para mais racional valorização do indivíduo e de seu trabalho" (art. 3.º do Regulamento). Os exercícios físicos e as aulas de canto são administradas diariamente, devendo utilizar o folclore nacional, dramatizações e atividades recreativas. A escola deve manter um museu pedagógico e agrícola, gabinetes de ciências físico-naturais, química e higiene rural. Para cada disciplina do curso, consigna o horário, pelo menos, três horas de trabalho semanal.

Toda vez que ao ensino convier, diz ainda o Regulamento, as lições devem ser ministradas nos gabinetes e museus escolares, ou em visitas a lavouras, fábricas e oficinas, a fim de que o ensino se torne realmente prático. Recomenda-se a adoção de métodos ativos, em que o aluno aprenda a fazer fazendo; em todos os trabalhos escolares devem predominar os interesses e ocupações da região. O ensino de demonstração que se fizer para os futuros mestres, na escola primária anexa, deve obedecer a técnicas modernas de ensino, especialmente "centros de interesse" e "projetos". Deve funcionar com a colaboração dos alunos um clube agrícola, um círculo de pais e professores, uma caixa escolar, uma cooperativa e um clube de saúde.

Inicialmente, a escola dispôs de uma casa adaptada e pequeno terreno. Em 1937, foram construídas outras instalações, ainda no perímetro urbano, mas ligadas a 18 hectares de terras férteis e irrigáveis. O novo edifício, para o qual a sociedade mantenedora da escola obteve auxílio do governo federal, compreende cinco salas de aulas, dependências para secretaria e biblioteca, museu pedagógico e museu agrícola, serviço médico e dentário, e almoxarifado. Um pátio coberto, destinado aos exercícios de educação física, e um auditório suficientemente amplo para reuniões sociais, completam as instalações. A escola desde seu início funciona em regime de externato.

Os professores foram recrutados na cidade de Juazeiro, entre médicos, agrônomos, advogados e mestres primários diplomados pela escola normal da capital do Estado. Em 1952, o corpo docente contava 12 professores. Os funcionários da administração eram 6. Certo número variável de trabalhadores agrícolas, contratados, completavam o pessoal. As despesas de manutenção, no mesmo ano, foram de 91 mil cruzeiros, dos quais cerca de metade representavam salários de professores. As contribuições pagas pelos alunos (inclusive os de curso primário e intermediário) somaram pouco mais de 64 mil cruzeiros; a venda de produtos agrícolas foi de 3 mil cruzeiros. O *deficit* alcançou cerca de 23 mil cruzeiros, a ser coberto com o resultado de subvenções do município e do Estado.

O material de ensino, rudimentar a princípio, gradativamente tem sido melhorado. Para as disciplinas teóricas tem consistido em mapas, quadros rurais, aparelhos de demonstração, similares aos que se encontram nas escolas secundárias para o ensino de ciências naturais. Para a prática agrícola, existia, segundo o relatório de 1948, o material seguinte: 20 plantadores, ou pequenas enxadas; 12 enxadas; 10 ancinhos; 8 trenaplantadores; 6 escarificadores; 1 grade de dentes; 1 grade de repicagem; 1 tesoura de podar; 1 pulverizador de inseticidas; 15 regadores, além de uma máquina de debulhar milho e outra de extinguir formigueiros.

O plantel de animais, variável de ano para ano, apresentava-se em 1948 bastante reduzido: 2 suínos, 6 caprinos, duas dezenas de galináceos, algumas colmeias.

Embora com esse pequeno material, os trabalhos práticos de agricultura e pequena criação têm sido sempre realizados. No curso intermediário compreendem horticultura e criação de pombos; no curso normal, pomicultura, galinocultura, suinocultura, apicultura e sericicultura. A produção agrícola indicada nos relatórios, de que parte é vendida, não se encontra, no entanto, discriminada quanto a que resulte do trabalho de *alunos* e do trabalho do *pessoal contratado*.

O exame atento dos relatórios de anos sucessivos parece demonstrar certa variação do tipo de ensino para tratamento mais teórico que prático. Assim, em 1944, a própria estrutura do curso foi aumentada, com a introdução de *álgebra* e *inglês* no 1.º ano do curso normal, e de *álgebra*, *história nuclear* e *história da civilização* no 2.º ano. A introdução dessas disciplinas não se teria feito em atenção aos fins inicialmente firmados mas, é de

crer, em atenção à clientela de alunos da cidade, desejosos de estudos mais próximos dos do ensino secundário geral.

Não terá essa circunstância influído também na composição dos programas, que manifestam tratamento mais conceitual que de integração aos problemas práticos da futura missão dos mestres?. .. Veja-se, por exemplo, o programa de *antropogeografia*, no 2.º ano normal: Definição de antropogeografia, objeto e divisão; o homem e o meio; gêneros de vida; grau de civilização; população do globo; movimentos de população e expansão do homem sobre a terra; a nacionalidade e seus elementos; direitos das nações; a sociedade e sua classificação; o Estado e suas formas; modalidades de Estado; formas de atividades econômicas do homem; culturas alimentícias; agricultura e solo agrícola; caça, pesca e exploração de minerais; meios de comunicação e transporte; o Brasil, sua população, raça e língua; o Brasil, religião, forma de governo e posição entre as demais nações; a agricultura no Brasil; meios de transporte; a civilização brasileira; a capital federal sob o aspecto político, econômico e cultural.

O mesmo com relação ao programa de *educação sanitária*, assim composto: Importância da higiene, seus fins e divisão; conceito de normalidade em saúde, e fatores que sobre ela influem; doença, hereditariedade mórbida, endemias e epidemias; parasitismo, comensalismo e simbioses; microparasitos; vermes prejudiciais ao organismo humano; infecções e toxinas; alimentação e sua importância higiênica; alimentação e suas funções; importância higiênica do solo; parasitos do solo; saneamento natural do solo; nitrificação; a água na natureza e sua importância higiênica; depuração natural e artificial das águas; importância higiênica do ar, pressão atmosférica e ar confinado; higiene da habitação; evolução da habitação humana; orientação e insolação; iluminação natural e artificial; coleta dos defectos humanos; esgoto, fossas e mictórios; higiene individual; pele, mucosas e suas funções; higiene da boca, língua e dentes; puericultura, cuidados com os recém-nascidos; noções de higiene escolar; etiologia e profilaxia das principais endemias da região.

Ainda o programa de *educação econômica* atende a uma orientação elevada, pois que, assim se apresenta: I. *Conceitos fundamentais*: o problema econômico e as necessidades humanas; leis decorrentes do problema econômico; definição da economia, objeto e importância; II. *Economia de consumo*: a verdadeira economia; necessidade de economizar; previdência e prodigalidade; imprevidência e sobriedade; III. *Economia da*

produção: inteligência, fator de produção; o trabalho e o salário; o capital, o juro e o crédito; a natureza e a renda da terra; a empresa e o lucro; a máquina; IV. *Economia rural*: conceito de economia rural; a escolha de propriedade rural; lavoura e criação; modos de exploração da propriedade agrícola; a irrigação artificial e a lavoura mecânica; a rotação das culturas e sua importância econômica; culturas extensivas e intensivas; o capital agrário; o crédito agrícola; a empresa rural; a escrituração rural.

O ensino da *agricultura*, a ser ministrado no 3.º ano do curso normal, tem o seguinte programa: Objeto e importância da agricultura; o clima e a agricultura; o solo e o subsolo; propriedades físicas, químicas e biológicas do solo; principais tipos de solo; papel da água na vida das plantas; nutrição dos vegetais; desbravamento dos terrenos; derrubada, queimada; destacamento; instrumentos e máquinas empregadas nessas operações; preparo do solo; lavras, gradagem e rolagem; estudo de semente do ponto de vista agrícola; semeadura; adubação orgânica e química; rotação e consociação de culturas; irrigação e drenagem; colheita, beneficiamento e conservação dos produtos; noções sobre a cultura do milho, arroz, feijão, mandioca, mamona, algodão e cana de açúcar.

É certo que esse programa aparece como o coroamento do ensino já realizado em *práticas agrícolas e de pequena criação*. Tais práticas se estendem por todos os três anos do curso normal, da seguinte forma:

- 1.º ano: I. *Horticultura e jardinagem*: a horticultura e seus fins; hortas intensivas e extensivas; localização; sementeiras; repicagem e transplantação; organização de jardins; escolha e preparo do terreno; gramados, tratamento e adubo; utensílios indispensáveis ao jardineiro. II. *Zootecnia*: Apicultura; utilidade das abelhas e das colmeias; distribuição do trabalho nas colmeias; enxames; extração do mel.
- 2.º ano: I. *Horticultura e Pomicultura*: Pragas das hortas e sua classificação; inseticidas; combate às formigas; culturas de diferentes espécies de couve; cultura de laranjeira, banana e mangueira; II. *Zootecnia* (galinocultura); raças de galináceos, classifica-

ção; localização e instalação de galinheiros; gramados, sombras e quebraventos; abrigos, ninhos, incubação artificial; poleiros; comedouros e bebedouros; cuidados higiênicos; seleção de poedeiras; rações; relação nutritiva dos diversos alimentos; doenças e parasitas dos galináceos.

- S.º ano: I. *Horticultura*: revisão dos estudos feitos anteriormente; utilidade das verduras na alimentação; propriedades medicinais dos vegetais; conservação dos vegetais; pragas que atacam as lavouras; modos de combatê-las. II. *Zootecnica*: Noções de sericicultura; cultura de amoreira, biologia do bicho da seda; alimentação e higiene; suinocultura; vantagens da criação dos suínos; raças; pocilgas higiênicas; alimentação.

O ensino da preparação pedagógica centraliza-se em uma disciplina: *psicologia aplicada à educação e metodologia*, ministrada no 3.º ano normal. O programa, grandemente desenvolvido, inclui noções sobre reflexologia, hereditariedade, secreções internas, afetividade, inteligência, atividade, aprendizagem, métodos gerais e especiais, sistemas de "projetos" e de "centros de interesse". De modo geral, esse programa não se distingue dos que são desenvolvidos nas escolas normais do 2.º ciclo.

É certo, porém, que o regulamento declara que, no último ano de estudos, "os alunos se exercitarão na prática de ensino, sob a direção do professor de metodologia". Uma vez por semana, haverá exercícios didáticos no curso primário, os quais constarão de aulas dadas pelos alunos, crítica dessas aulas, pelos demais estudantes, e redação de relatórios sobre trabalhos da escola primária. Também essa forma de prática de ensino não difere, na essência, das normas adotadas nas escolas normais de 2.º ciclo.

Ao serem examinados os relatórios e outras publicações referentes à experiência de Juazeiro, tem-se nítida impressão de uma obra de grande entusiasmo e boa-fé por parte de sua direção e professores, prejudicados, no entanto, pela localização da escola na cidade, e o recrutamento dos alunos, também, na sua maioria, do centro urbano.

Durante dezoito anos de funcionamento, a escola diplomou dezesseis turmas de mestres, as quais perfazem um total de 358

jovens, na maior percentagem do sexo feminino. Não tem o estabelecimento, infelizmente, atraído maior número de rapazes; de 1937 a 1941, apenas 2 aí se diplomaram. A média anual dos diplomados tem sido 22.

Pelo acordo celebrado com o governo do Estado, esses mestres têm preferência para a regência de escolas rurais. No entanto, segundo uma publicação feita no ano de 1942, com a indicação dos lugares ocupados pelos diplomados até o ano anterior, verificava-se que mais de metade deles estavam em serviço em *escolas urbanas*, e um terço do total, *na, própria cidade de Juazeiro*; entre estes, quatro ensinavam numa escola de comércio. Dos mestres até então diplomados, 16 ensinavam em municípios vizinhos, mas nem todos em escolas rurais.

A que se deverá esse resultado, algo contraditório com os fins da instituição?... Em primeiro lugar, à circunstância, já apontada, de serem os alunos, na sua maioria, da própria cidade; depois, à carência de mestres diplomados, na região, mesmo para as escolas urbanas. O aproveitamento de diplomados em escolas de ramo muito diverso daquele para o qual se havia preparado, como ensino comercial, é explicado pela orientação de cultura geral dos programas, que a escola vem ministrando.

Fato digno de especial menção, no entanto, é que a experiência de Juazeiro estimulou a criação de outras escolas normais rurais no Estado. Assim, no ano de 1942, já aí se contavam quatro outros estabelecimentos da mesma espécie, instalados nos municípios de Limoeiro, Iguatu, Ipu e Quixadá; nos três primeiros mencionados, encontraram trabalho três antigas alunas da escola de Juazeiro.

Deve-se observar que, expedida a lei orgânica de ensino normal, em janeiro de 1946, que apresenta curso de formação de mestres para escolas rurais menos longo e com estrutura mais simples, continuou, no entanto, a Escola de Juazeiro com a estrutura inicial, sensivelmente enriquecida, em 1944, como já se viu. É que essa lei, como todas as leis orgânicas do país, estabelece apenas a extensão e a organização *mínima* que devam ter os cursos para efeitos de reconhecimento oficial de seus diplomas. A redução dos estudos para quatro anos, após a conclusão dos estudos primários, já no entanto, em 1935, era defendida por um educador da região, o professor Hugo Catunda, que, nesse ano publicava um trabalho a respeito.

Serviços inegáveis, por certo, tem a Escola Normal Rural de Juazeiro prestado à educação do Estado. Não há infelizmente

documentação com relação aos contatos que tenha mantido com os mestres diplomados, nem mesmo de oportunidades que haja oferecido a mestres já em serviço nas escolas rurais da região. Serviu a Escola, no entanto, no ano de 1935, de sede a uma *Semana Ruralista*, promovida pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, sob o patrocínio do Ministério da Agricultura; nela funcionou, em 1944, um Congresso de Ensino Rural, promovido pelo Departamento Geral de Educação do Estado; ainda aí se reuniu em 1948, uma nova *Semana Ruralista* promovida pelo Ministério da Agricultura.

Em 1952, o governo do Ceará enviou à Assembléia legislativa do Estado mensagem com projeto de lei no sentido de reforma do *ensino normal rural*. Propõe esse projeto que a Escola de Juazeiro, como as demais do mesmo tipo, passem a ter *sete anos de estudos*, após, a conclusão do curso primário; ou, por outras palavras, que adotem a estrutura do ensino normal de 2.º grau, com um curso de estudos secundários básicos, de 4 anos, e um curso de formação pedagógica, em 3. A orientação geral do projeto, muito embora nele se conserve a denominação de *ensino normal rural*, é a de elevação dos estudos no sentido de cultura geral. Nada mais.

Não teve o projeto até agora maior andamento, e recente reunião de estudos sobre educação rural contra êle se manifestou, de forma veemente, inclusive pelo voto do criador da experiência de Juazeiro, o Sr. Moreira de Sousa (9).

IV. A EXPERIÊNCIA DA FAZENDA DO ROSARIO

Experiência em moldes mais amplos é a que se vem realizando desde 1948, no Estado de Minas Gerais. Tem ela como órgão propulsor o Serviço de Orientação Técnica do Ensino Rural, dependência da Secretaria de Educação do Estado, e como principal centro experimental a Fazenda do Rosário, no Município de Betim (10).

(9) I Seminário de Estudos Rurais, reunido em Belo Horizonte, de 13 a 20 de novembro de 1952.

(10) O Estado de Minas Gerais acha-se na região leste. Estende-se de 14° 13' a 22° 54' S, e de 39° 52' a 51° 02' W Gr. Tem 582 mil km² e população quase igual a oito milhões de habitantes, dos quais cinco milhões vivem em zonas rurais. A produção do Estado é agrícola, pastoril e de mineração. O município de Betim, que limita suas terras com o da Capital do Estado, tem 17 mil habitantes, dos quais mais de duas terças partes vivem em zonas rurais.

Certas condições, realmente excepcionais, confluíram em sua organização e marcha dos trabalhos, as quais valerá a pena indicar, embora de modo rápido. Em 1947, assumiu o posto de Secretário de Educação de Minas Gerais, o Sr. Abgar Renault, que dantes havia desempenhado as funções de Diretor do Departamento Nacional de Educação. Ao examinar a situação do ensino primário, no Estado, verificou que as escolas rurais, em número superior a sete mil, estavam na maioria entregues à administração dos municípios; que os mestres, nessas escolas, em 91% delas, eram regentes *leigos*, ou desprovidos de qualquer preparação anterior em escolas normais; e, ademais, que tais mestres, inteiramente desprovidos de orientação com que pudessem melhorar seu trabalho, recebiam salários ínfimos. Procurando corrigir esses males, fixou o Sr. Abgar Renault uma política de colaboração do governo do Estado com os municípios, em convênios a serem celebrados com cada um, de que os pontos capitais são os seguintes:

- a) orientação, direção e fiscalização das escolas rurais pelas autoridades escolares do Estado;
- b) melhoria dos salários com suplementação pelo Estado, desde que os mestres rurais se submetam a provas de suficiência para admissão ao serviço de ensino, e venham a participar de cursos de suficiência, treinamento e aperfeiçoamento.

Daí, a criação do Serviço de Orientação Técnica, ao qual incumbiria a organização do ensino nas zonas rurais e a direção de cursos para os mestres. Aceitou a direção desse serviço a Professora Helena Antipoff que havia colaborado nele por parte da *Fazenda do Rosário*, pertencente à Sociedade Pestalozzi do Brasil. A professora Antipoff foi fundadora dessa Sociedade e é a sua Diretora-técnica (11).

(11) A Sra. Helena Antipoff foi Assistente do Professor Ed. Claparède, na Universidade de Genebra, tendo vindo para o Brasil no ano de 1927, com um grupo de professores europeus contratados para a organização da *Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico*, que funcionou em Belo Horizonte cerca de vinte anos. Radicada no Brasil, sua atuação tem sido das mais profundas e benéficas, pela influência na formação de mestres primários, direção dos serviços no Departamento Nacional da Criança, e, nos últimos anos, no Serviço de Orientação do Ensino Rural, em Minas Gerais. A *Associação Brasileira de Educação* propôs, em 1951, ao governo da República fosse o seu nome inscrito no *Livro de Mérito Nacional*.

Que é a *Fazenda do Rosário*!... É a sede de um conjunto de realizações da Sociedade referida, cujo fim principal é o de readaptação das crianças e adolescentes deficitários, em ambiente rural. A fazenda, de mais de cem hectares, está a poucos kms. da vila Ibirité, e a 25 de Belo Horizonte, Capital do Estado. Seu ambiente aproxima-se do que se poderia chamar um "Instituto de Organização Rural", sem que, no entanto, já lhe tenha sido conferida oficialmente essa denominação. Aí funcionam estabelecimentos destinados ao ensino de deficitários, em regime de internato; escolas primárias comuns; um posto médico e um outro de puericultura; uma floricultura, organizada por um grupo de especialistas húngaros; uma pequena cerâmica, dirigida por um artista competente; uma oficina de tecelagem rústica e outra de tapeçaria; e ainda várias instituições que congregam habitantes de propriedades agrícolas vizinhas, para fins de cooperativismo, desportos e recreação em geral. Desde 1950, aí funciona também, em regime de internato, um *Curso Normal Regional*, criado e mantido pelo governo do Estado, para maior desenvolvimento do plano.

A Fazenda dispõe de campos de cultura, aproveitadas no treinamento dos alunos, e de lavouras especializadas organizadas para exploração industrial, inteiramente apartadas daquelas. Em épocas diversas do ano, aí se realizam exposições de produtos agrícolas, de artefatos de arte popular, de indústrias domésticas, e concursos de práticas agrícolas, como trabalhos de arado puxado a boi ou a trator, etc. A Fazenda anima também a realização de festas populares, religiosas e tradicionais, com representações teatrais, de cunho folclórico ou de significação cívica.

Todas essas iniciativas, que se dão com a cooperação espontânea de habitantes de Ibirité e das propriedades rurais vizinhas, emprestam à Fazenda uma função de obra de estruturação social e de levantamento do nível cultural, moral e cívico, que já se estende por muitas dezenas de quilômetros ao redor (12). Fácil é compreender assim, porque devia ser desejada a sua colaboração no plano de melhoria e formação do pessoal docente rural, pois o seu ambiente viria não só facilitar

(12) Pode-se notar, por exemplo, a Influência que tem exercido nos trabalhos da Granja Caio Martins, no município de Esmeraldas, onde funciona um estabelecimento de readaptação de menores abandonados, e nas da *Escola Média de Agricultura de Florestal* no município de Pará de Minas.

a organização dos cursos e estágios para isso necessários, como também inspirá-los de forma produtiva.

Os cursos de formação deveriam representar, no entanto, apenas um dos aspectos da grande obra a ser tentada. Dada a elevada percentagem de mestres *leigos*, seria necessário deles cuidar, com prioridade. Em face das realidades do ensino rural do Estado, foi estabelecido todo um sistema de cursos, pelos quais a ação do Serviço de Orientação se pudesse exercer, de forma ampla, a saber:

- I. *cursos intensivos de férias, ou de suficiência;*
- II. *cursos regionais de treinamento;*
- III. *cursos de aperfeiçoamento;*
- IV. *cursos regulares de formação.*

I. Os *cursos intensivos de férias* são realizados nas sedes dos municípios do Estado, cada ano, pelo prazo de um mês. Visam, a um só tempo, estimular os mestres rurais na melhoria de seu nível cultural e selecionar elementos para os cursos de treinamento e aperfeiçoamento. A direção de cada um desses cursos compete à diretora do grupo escolar do município, desde que tenha passado pelo curso da antiga Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico; seus professores são duas mestras do grupo escolar, e médicos e agrônomos para isso convidados. Os cursos compreendem português, aritmética, e noções de geometria, geografia e história do Brasil, ciências naturais, e higiene, noções de economia doméstica, instrução moral e cívica, tudo de forma a fazer ressaltar o tratamento metodológico, ou profissional a ser dado nas escolas primárias rurais.

Assim, o *programa de português* é indicado nestes itens: 1. Como contar uma história para as crianças do campo, ou relatar um episódio histórico, ou fato da vida comum, em linguagem clara, correta e expressiva. 2. Leitura corrente, oral e silenciosa, e interpretação do sentido. Uso do dicionário; capacidade para bem utilizar compêndios e consultar livros. 3. Redação de cartas, convites, bilhetes; resumos de trechos lidos; descrição de uma excursão, relatório e diário de ocorrências na Escola.

O *programa de geografia* tem como primeira unidade: I. A Escola na localidade; distância das habitações próximas, caminhos; área construída e área não construída; sua representação no papel; a vizinhança; estradas. 2. A localidade e o dis-

trito: aspecto físico, social, econômico e histórico; possibilidades agrícolas e industriais; traçado de croquis com fazendas, estradas, escolas, culturas, localidades vizinhas; reflexo na vida do município. 3. O município; recursos naturais; agricultura, indústria e comércio; aspectos sociais; fundadores e beneméritos dos municípios; governo municipal. 4. O município no Estado; localização, zona a que pertence; outras zonas; produção dominante em cada uma.

Marcha idêntica é seguida com relação ao estudo do Estado, e quanto ao estudo do país, etc. Os programas das demais disciplinas obedecem à orientação similar.

De 1949 a 1952, foram realizados cursos intensivos de férias em 361 municípios do Estado, com inscrição total de 7 281 mestres rurais. Após esses cursos, foram os mestres submetidos a provas de suficiência para verificação dos que poderiam seguir cursos de treinamento regional. Em qualquer caso, porém, as escolas rurais onde servem passaram a ser orientadas pela diretora do grupo escolar do município, segundo instruções periodicamente expedidas pelo *Serviço de Orientação Técnica do Ensino Rural*.

As despesas de cada curso intensivo de férias, com matrícula de 25 a 30 mestres-alunos, têm orçado por trinta mil cruzeiros, inclusive as de alimentação dos alunos.

II. Os *cursos regionais de treinamento* compreendem quatro meses de trabalho, em regime de internato, e são realizados em propriedades rurais onde existam escolas primárias e instalações convenientes para alojamento de professores e mestres-alunos. Destinam-se a habilitar mestres rurais a melhor desempenho de suas funções junto às crianças e suas famílias, através da escola primária, considerada como centro de difusão cultural e de "serviço social de grupo". Nêles se matriculam mestres que hajam revelado bom aproveitamento nos cursos intensivos de férias, bem como maior interêsse e gosto pelo ensino rural. Realizados a princípio apenas na Fazenda do Rosário, passaram a ser feitos depois em outros cinco centros regionais, sob a direção de pessoal técnico que tivesse participado dos trabalhos daquele centro e tivesse sido julgado apto a difundir-lo com o mesmo espírito (13).

(13) O governo federal, por intermédio do *Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos* tem auxiliado a realização desses cursos regionais.

A própria denominação de *cursos de treinamento* mostra que são eles considerados como de *formação em serviço*, dado que os mestres-alunos não tiveram oportunidade de receber, anteriormente, em escolas normais, a necessária preparação para o ensino. O trabalho de treinamento se desenvolve sob a forma de "problemas" e de "projetos", que aos mestres-alunos levem a sentir as realidades *sobre* a qual *devam agir*. É-lhes concedida grande autonomia e solicitada ativa colaboração na própria organização e administração de cada curso.

Os programas visam consolidar e desenvolver conhecimentos de língua materna, aritmética, ciências naturais e higiene, mas de forma a pô-los ao serviço das capacidades profissionais, capacidade de liderança e espírito de serviço social. Desdobram-se nos seguintes setores de trabalho, mais que disciplinas formais, e que aqui se indicam com as horas semanais a eles destinadas: português e metodologia da língua materna, 5; aritmética, noções de geometria e sua metodologia, 4; ciências naturais e sua metodologia, 3; geografia e história e sua metodologia, 2; atividades agrícolas, 6; economia doméstica e indústrias rurais, 3; desenho, trabalhos manuais e arte popular, 4; atividades recreativas e artísticas (dança, canto e teatro) 3; educação física, 30 minutos cada manhã; higiene rural e enfermagem, 4; atividades sociais e educação cívica, 3. Para trabalhos práticos de cozinha, horta, pomar, enfermagem, carpintaria, etc. são também organizados grupos de 5 a 10 alunos com horário especial,

III. Os *cursos de aperfeiçoamento* destinam-se aos mestres que já hajam passado por escolas normais, os quais representam pequena percentagem dos mestres rurais dos Estados (9%). Em sua organização geral e espírito, não se diferenciam dos cursos de treinamento; apenas, neles se podem intensificar os trabalhos de natureza prática, visto que os alunos já possuem maior base de conhecimentos gerais. Dão-se também em regime de internato e seus estudos duram três meses. Só se Realizam na Fazenda do Rosário.

Nos anos de 1948 a 1952, foram realizados 23 cursos regionais de treinamento e aperfeiçoamento, os quais reuniram 823 mestres-alunos, como se vê no Quadro II

QUADRO II.

CURSOS REGIONAIS DE TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE MESTRES RURAIS NO ESTADO DE MINAS GERAIS.

CURSOS	NÚMERO DE ALUNOS EM CADA ANO					
	1948	1949	1950	1951	1952	Total
1. Na Fazenda do Rosário	23	163	114	102	113	515
2. Em outros centros	—	—	93	67	148	308
TOTAL	23	163	207	169	261	823

IV. Os *cursos de formação regular*, ministrados diretamente pelo Estado, funcionam em dois cursos normais regionais, um instalado na Fazenda do Rosário, em 1950, e outro, em Conselheiro Mata, no município de Diamantina (14). Esses cursos, com quatro anos de extensão, seguem a estrutura da lei orgânica do ensino normal, já anteriormente descrita. Funcionam em regime de internato. Recebem alunos de ambos os sexos, de mais de 13 anos de idade, mas menores de 25 e que hajam concluído os estudos primários, tenham boa saúde e sejam escolhidos entre candidatos dos vários municípios da região. O ensino e pensão são gratuitos, o que vale dizer que esses estudantes são bolsistas. Os primeiros mestres só serão diplomados por esses cursos em fins de 1953.

Dada a influência dos cursos de *treinamento* nesses novos cursos de formação regular, e o seu vulto, pois, como já se viu, em quatro anos por eles passaram 823 mestres-alunos, dos quais 515 na Fazenda do Rosário, convirá que sôbre sua organização e funcionamento nos detenhamos.

Os mestres-alunos matriculados na Fazenda do Rosário têm apresentado idade variável, entre 19 e 50 anos, com maior frequência entre 22 e 26 anos. Logo ao se matricularem são sub-

(14) O município de Dinamantina, ao norte do Estado, tem 60 mil habitantes. Outros cursos *normais regionais*, mantidos por municípios ou por entidades privadas, e sempre fiscalizados pelas autoridades do Estado, funcionam atualmente nos municípios de Abaeté, Belo Horizonte Ferro, Formiga, Guanhães, Matosinho, Paraguaçu, Rio Novo, Sabará e Serro.

metidos a cuidadoso exame médico, e, durante os trabalhos, permanecem sob observação clínica. Cada semana é verificado seu peso, para orientação quanto ao regime alimentar. A direção dos cursos recebe comunicação dos alunos que não possam realizar tarefas pesadas ou longas caminhadas.

Do ponto de vista psicológico são submetidos a testes de inteligência e ao questionário de Strong, para verificação de interesses e preferências.

Com base nesses elementos, e ainda outros, tem-se apurado o seguinte:

a) os mestres *leigos* provêm, na maioria, do meio rural, sendo filhos de médios e pequenos agricultores, razão por que estão familiarizados com a vida do campo e seus interesses; em consequência gostam de trabalhar ao ar livre, de lidar com plantas e animais; sabem andar a cavalo e apreciam conversar com lavradores e pessoas de suas famílias;

b) falta-lhes, no entanto, maior instrução: 64% deles não possuem conhecimentos correspondentes ao 4.º ano do curso primário, e preparação acima do 5.º ano de estudos primários só foi encontrada em 5% dos mestres rurais inscritos;

c) quando transplantados para o meio urbano, revelam certa timidez ou sentimento de insegurança, ao menos nas primeiras semanas; na maioria, porém, mostram real desejo de progredir, recebendo a idéia de novos estudos com entusiasmo;

d) de modo geral, esses mestres revelam atitudes de compreensão pela tarefa humana da escola rural; demonstram sentimentos altruísticos, gosto pela economia, interesses religiosos e amor pelas crianças; muitos denotam também manifestas tendências pelos trabalhos de expressão artísticas (desenho, modelagem, música, representação teatral).

A vida do internato organiza-se com o auxílio de um *conselho de estudantes*, subdividido em várias comissões (alojamento, alimentação, estudos, relações sociais, compras e comunicações). Cada comissão funciona durante um mês, procedendo-se então à nova eleição em assembléia geral dos mestres-alunos.

Segundo uma escala, previamente organizada, cada aluno se incumbem de preparar o relatório dos trabalhos de cada dia, o qual é lido ao fim de uma das refeições do dia seguinte, em presença de todos e por todos discutido. Nesse diário se anotam tanto os fatos naturais, os do tempo, quanto os de estudos e de vida social. Cada aluno, para uso pessoal, recebe também uma ca-

derneta, na qual anota as suas impressões pessoais, dia a dia, com a maior liberdade; ao fim do curso, essas cadernetas são entregues à direção dos cursos, que delas faz cuidadosa análise. A influência desses exercícios sobre o domínio da língua e a capacidade de observação é muito grande; por outro lado, a direção dos cursos e os professores deles têm retirado anotações de maior valor e interesse para renovação dos métodos de administração e de ensino.

A avaliação dos trabalhos escolares e das tarefas de que se incumbem os alunos é deixada, na maior parte, a eles próprios, em fichas e gráficos, que estabelecem espírito de auto-emulação. Há gráficos semanais e mensais.

A não ser pela manhã, quando há um toque de despertar, o trabalho não é regulado por sinais de campainha. A distribuição do tempo nos dias úteis é a seguinte:

- 6 horas — Despertar, banho, arranjo dos dormitórios;
- 6,45 — Primeira refeição;
- 7 horas — Revisão dos trabalhos do dia anterior; preparação das tarefas do dia;
- 8 às 11 — Estudos do dia;
- 11,15 — Preparo para o almoço;
- 11,30** — Almoço;
- 12,30 às 14 hs. — Descanso e preparo dos trabalhos da tarde;
- 14 às 17 horas — Aulas e trabalhos práticos, interrompidos às 15,30 por meia hora, para merenda;
- 17,30 — Banho e mudança de roupa;
- 18 horas — Jantar;
- 20 horas — Reunião do Conselho de Estudantes e das Comissões; entretenimentos sociais;
- 22 horas — Silêncio.

Os programas têm caráter flexível; mais que seu conteúdo formal, interessa aplicar observações e conhecimentos na solução dos problemas e projetos que visam servir à escola rural, ao lar de cada criança nela matriculada, e à comunidade de que a escola faça parte. Na medida em que esses problemas e projetos são propostos, os mestres-alunos vão reconhecendo as deficiências de sua preparação, sendo levados a supri-las, segundo um plano individual que elaboram. Muito raramente esse plano

poderá ser vencido no curso, reconhecendo os mestres-alunos que deverão continuar a estudar ainda depois que regressem a suas escolas, para o que serão orientados mediante correspondência com professores da Fazenda do Rosário.

Eis os problemas centrais sôbre que giram as atividades e preocupações de estudos nos cursos de treinamento e aperfeiçoamento, ou afinal, de *formação em serviço* :

1. Quais os fins práticos da educação e quais as funções da Escola Rural?
2. De que procedimentos se poderá valer a Escola Rural de Minas Gerais para que possa produzir mais, no sentido dos fins educativos que deve ter?
3. Como organizar a vida numa propriedade rural a fim de torná-la mais propícia ao bem-estar dos que nela vivem e ainda dos vizinhos e que poderá, para isso, fazer a Escola?
4. Na vida do homem do campo, que representam o clima, a água e o solo ?
5. Como vivem os alunos das Escolas Rurais próximas à Fazenda do Rosário? Quais as suas condições de saúde, trabalho e estudo, aspirações de cultura, interêsse e ideais?
6. Conhecidas as condições que impeçam maior progresso, que deve e que pode fazer a Escola Rural para modificá-las ?
7. Quais os caracteres distintivos do reino vegetal e do reino animal na região e de que forma será possível aumentar o rendimento do trabalho em benefício da população ?
8. Que formas culturais existem na região (organização da família, religião, costumes, nível de instrução, administração) e de que modo a Escola poderá nelas intervir para melhorá-las, sem desvirtuá-las?
9. Que representa o município, como um todo, na vida do Estado de Minas Gerais?

Dentro desses problemas centrais, ou afinal, dentro dessa orientação realista e pragmática, é que se propõe o ensino, e que

se organizam os programas, Exemplifiquemos com o programa de *geografia*, que corresponde a um estudo monográfico da região :

1. Introdução; delimitação do campo a estudar, sobretudo em função do raio de ação da Escola (moradores, caminhos, formas de trabalho, habitação) ;
2. Relevo da região; aspectos gerais; confronto com regiões vizinhas;
3. Solo; extensão do território em estudo; colheita de amostras de diferentes espécies de solo; nomes populares, fertilidades ou não; plantas de vegetação espontânea; culturas; erosão; vantagens e desvantagens dos solos estudados; como tentar corrigir as desvantagens;
4. Subsolo; exame de amostras em cortes de estradas, poços, túneis, escavações; noções de geologia da região, sempre sob forma prática ; idéia de fósseis ;
5. Cima; influência no homem e na agricultura; variação de temperatura; ventos dominantes; chuvas; enchentes de rios; nível normal e anormal das águas; tempestades, sua freqüência e direção, épocas do ano em que se dão; estações;
6. Diferentes formas de ocupação do solo; espaços aproveitados para as culturas e sua relação com o relevo; principais atividades agrícolas segundo o trabalho observado; calendário rural da região; observar se as datas correspondem ou não a festas tradicionais, costumes folclóricos, deslocamento da mão de obra ; aparelhamento da lavoura; métodos de trabalho; custo da produção; rebanhos da região; procurar dados sôbre tipos de animais, raças, origens, alimentação, doenças, produção e destino da produção; composição dos pastos; produção animal e indústrias caseiras;
7. Vegetação; plantas nativas; as matas e sua devastação na região; conseqüências; reflorestamento; plantas frutíferas, ornamentais e medicinais;
8. Hidrografia; fontes, ribeirões, lagoas, pântanos, águas potáveis e não potáveis; captação; análise química e

- bacteriológica; profundidade dos lençóis de água; água corrente e produção de energia mecânica, pela água;
9. Tipos de habitações, numerosas ou não; agrupadas ou não; razões da dispersão; a casa do dono da terra e dos trabalhadores; material empregado; cobertura; arquitetura; condições de higiene;
 10. Regime agrário; propriedades pequenas e grandes; os donos da terra, residentes ou não nas propriedades; trabalho assalariado; trabalho em participação; salários; abundância ou falta de mão de obra; causas dessa situação; crédito agrícola; cooperativas;
 11. Saúde; moléstias existentes na região; tentativa de interpretação de sua origem (gênero de vida das populações, situação econômica dos trabalhadores, alimentação, etc.) idéias sobre doenças; profilaxia e processos de cura; curandeirismo e magia;
 12. Exportação dos produtos da região; formas de embalagem e de transporte; preço do transporte; coleta de dados reais a esse respeito;
 13. População; número; crescimento ou diminuição nos últimos anos; causas dessa flutuação; natalidade; êxodo rural; para onde vão os que emigram e porque emigram;
 14. Usos e costumes da região; formas de recreação.

De estudo assim orientado, têm resultado relatórios redigidos em colaboração, por vários alunos, e que servem de modelo para as monografias que deverão realizar depois com relação à região da escola em que sirvam. Trabalhos desse tipo, recebidos mais tarde pelo *Serviço de Orientação do Ensino Rural*, estão constituindo excelente material de estudos. Para maior uniformidade na coleta e apresentação dos dados, esse Serviço tem recomendado também as sugestões de Godier e Cuneo, sobre o estudo do meio, em seu livro *Vademecum pour les activities dirigées*.

Orientação similar ao do estudo da geografia é adotada no estudo da higiene e enfermagem. O trabalho é iniciado com a tentativa de preenchimento de uma ficha de saúde das crianças, e que contém os elementos essenciais que levam à pro-

posição dos problemas a serem examinados no curso, deficiência de alimentação, parásitos, endemias da região, etc. Ao mesmo tempo, é mostrado o limite da ação educativa da Escola, o de ação curativa do médico, e os da ação de saneamento geral, por pequenas ou grandes obras de engenharia.

A capacidade de preencher essa ficha habilitará os mestres-alunos de volta à sua escola, e aí tentar compreender os problemas de saúde e a orientar a população sobre eles. Nessa tarefa são os mestres auxiliados, por meio de correspondência, pelo professor de higiene da Fazenda do Rosário, o qual, quando necessário, recorre ainda aos serviços de saúde pública do Estado. Por sua vez, esse dedicado professor tem prestado informações valiosas à Saúde Pública, com relação à presença de certos parásitos, ou animais vetores, em determinadas localidades do Estado (15).

Pode-se imaginar o alto sentido de espírito social que de tudo isso resulta. Por outro lado, é bem certo que isso desperta intensa curiosidade para o estudo do ciclo biológico de certos animais, úteis e nocivos, e para o das práticas agrícolas, estimulando o interesse pelo estudo das plantas. Nas plantas e animais, tudo deve ser estudado em relação ao homem, e, em particular, em relação à criança. O estudo objetivo da criança, em cada região, é assim também acoroçoado pelos cursos da Fazenda do Rosário, que nesse particular se têm servido da orientação geral difundida pelo Departamento Nacional da Criança, do Ministério da Educação.

Tal orientação compreende os seguintes itens:

1. Composição do núcleo familiar da criança;
2. Habitação, mobiliário, utensílio, asseio, ornamentação;
3. Alimentação da família e participação da criança no preparo das refeições;
4. Trabalho da criança na casa e no campo; participação nos rendimentos da família;
5. Recreação e brinquedos da criança;
6. Tradições e festejos religiosos;
7. Tratamento das crianças pelos pais, na saúde e na doença; castigos, recompensas, etc.;
8. Percursos que faz a criança da casa à escola; interesses suscitados pelos aspectos da estrada, do campo, da mata, flora e fauna;
9. Influência que pode ter a escola rural sobre a vida da criança e, por seu intermédio, na vida e prosperidade das famílias.

(15) Assim, a presença de moluscos transmissores de esquistomose, e de insetos transmissores do mal de Chagas, endemias muito graves.

Essa orientação social, nos cursos da Fazenda do Rosário, é que nos parece digna de ser, especialmente, salientada. O ensino que venha a referir-se à agricultura e à pequena criação, surge nesse conjunto do estudo do meio físico e biológico, como expressão da vida humana na luta para dominar o meio, e, afinal, elevá-lo pela cultura. Não que essa fórmula ou esquema seja dada de forma conceitual aos mestres e futuros mestres. Tal orientação deverá *ser vivida*, sentida como alguma coisa de substancial na formação pedagógico-social dos alunos, e por eles próprios. Mais que simples preparação agro-técnica, o que se lhes procura dar é essa compreensão. É pelo aspecto da saúde, por exemplo, mediante alimentação mais adequada, que a idéia das hortas escolares pode e deve ser apresentada; é pelo aspecto de melhoria econômica geral da população que a idéia de melhoria da exploração da terra deve surgir; e assim por diante.

Dentro desse espírito, os mestres-alunos procuram resolver, nas atividades práticas de agricultura, a princípio, problemas muito simples como estes: onde localizar a horta da escola; como preparar o terreno (drenagem, adubação, irrigação); onde e como adquirir as sementes; como e quando semear; como transplantar; como irrigar. Fazem-no sob a forma de um clube, o clube da horta, que mais tarde se alarga sob a forma de um clube agrícola, incluindo então fruticultura, enxertia, poda, preparação de terreno para pomares. Tais clubes são instituições que devem servir não tanto à preparação técnico-rigorosa, a qual só a especialista deve caber, mas ao exercício da ação social, ensaio de qualidades de liderança, serviço social.

Orientação idêntica é a que resulta de ensaio de cooperativismo. Cada grupo de alunos é logo levado a estabelecer uma *cooperativa de consumo*, para aquisição mais econômica de seu próprio material escolar e artigos de uso diário. Assim também com o seu clube social, ou de recreação. Prática mais ampla é obtida na participação dos trabalhos de instituições sociais permanentes da Fazenda do Rosário, como o círculo de donas de casa, o ambulatório de saúde, o posto médico. Por essa forma, a experiência social se alarga e o exercício de qualidades de liderança encontra oportunidades de expressão.

As dificuldades para que assim se proporcione aprendizagem aos mestres já em serviço, ou mesmo aos futuros mestres, no curso normal regional, são evidentes. Será preciso obstar a rotina, o formal, o postivo, e daí, a inexistência de programas rígidos. "Nenhum curso — diz a Sra. Helena Antipoff, num de seus relatórios — tem repetido exatamente o programa de ati-

vidades recreativas, ou o de serviços sociais que os outros cursos tenham realizado. Ao contrário, cada turma de alunos elabora seus próprios planos de vida e seus projetos, podendo tomar dos anteriores aquilo que haja demonstrado bons resultados. Cada curso tem liberdade de programar tudo aquilo que os professores e alunos julgarem necessário, de comum acordo. Os centros de treinamento funcionam em regime de experimentação permanente, e isso certamente constitui uma de suas qualidades".

Outra condição fundamental para tais resultados é a da limitação do número de alunos em cada curso, 25 a 30, e em regime de internato, na forma já descrita. Forma-se o conhecimento íntimo entre seus componentes, espírito de grupo, e regime de forte sanção dele sobre os seus próprios membros.

A terceira condição é a do ambiente de um "centro de organização rural", que a Fazenda do Rosário realmente representa, e no qual a capacidade dos professores pode demonstrar-se. São eles, na maioria, pedagogos, não apenas especialistas agro-técnicos, e de sua ação e exemplo emana uma profunda fé na obra que estão realizando.

Para a formação desse clima, ou desse espírito, logo nos primeiros cursos de treinamento, em 1948 e 1949, teria concorrido inegavelmente o exemplo de devoção integral da Sra. Helena Antipoff, como também o de muitas de suas antigas alunas, formadas na extinta Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico. Por outro lado, a ação de esclarecido apoio por parte do Secretário de Educação, Sr. Abgar Renault, antigo Diretor do Departamento Nacional de Educação, e dos dirigentes da Sociedade Pestalozzi do Brasil, explicam a continuidade da obra e seu desenvolvimento progressivo (16).

Só depois de dois anos de trabalho, e já realizados quatro cursos sucessivos de treinamento na Fazenda do Rosário é que aí veio a ser instalado o *curso normal regional*, ou a Escola para

(16) O presidente da Sociedade Pestalozzi do Brasil, que é uma federação de sociedades regionais, é o Desembargador Augusto Sabóia Lima, antigo Juiz de Menores na Capital Federal, e que, pessoalmente, nos últimos anos, organizou e vem dirigindo estabelecimento modelar de readaptação de menores desamparados. O presidente da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, ao tempo do acordo com o governo desse Estado, era o Dr. Sandoval Soares de Azevedo, falecido em 1950. O governo do Estado, em reconhecimento a seus serviços, deu o seu nome ao curso normal regional da Fazenda do Rosário, que assim oficialmente se chama CURSO NORMAL REGIONAL SANDOVAL DE AZEVEDO. O atual governo do Estado de Minas Gerais continua a prestigiar os trabalhos da Fazenda do Rosário.

a formação regular de mestres rurais. Pode-se compreender que êle viria a encontrar terreno devidamente preparado. Para a sua instalação foram construídos, com auxílio federal de cerca de dois milhões de cruzeiros, amplos edificios para aulas, oficinas, e internato, que dispõem de um terreno de 35 hectares. Depois, pelos próprios alunos, foram construídos um hangar para carpinteiro, ripado para mudas, galinheiro, coelheiras, etc.

O corpo docente consta de um grupo básico de cinco professores que residem no internato, participando da vida escolar desde manhã à noite; e de outro grupo, de três especialistas (professor de higiene, de geografia e de música) que residem na capital do Estado, a 25 km. A direção está entregue à professora Olga Costa Coelho, educadora de excepcionais qualidades. Um técnico agrícola, residente no local, dirige as plantações e ministra aulas práticas de agricultura; um mestre carpinteiro, também residente, trabalha com os alunos na construção de móveis, utensílios, cercas e abrigos rústicos.

O trabalho e vida social decorrem de 6 horas da manhã às 9 horas da noite, com distribuição de tempo similar à indicada para os cursos de treinamento, com maiores pausas para descanso e recreação.

Os alunos, de ambos os sexos, foram selecionados em diferentes municípios do Estado; recebem ensino e pensão gratuita, com a obrigação de voltarem às zonas de onde procedem para a regência de escolas rurais, conforme acordo com as prefeituras locais. Os alunos, cuja idade varia entre 15 e 25 anos, são distribuídos por grupos de rotação quinzenal, para participação direta em serviços domésticos e escolares. Nenhum inconveniente foi até agora observado quanto ao fato da existência, no mesmo regime de internato, de alunos dos dois sexos. Os alunos do sexo masculino não excedem, porém, de 10% da matrícula total.

A prática escolar é feita em escolas de um só professor, em pontos próximos de sede do curso regional; por vêzes, dá-se mesmo ao ar livre em excursões dos alunos dessas escolas.

Nada é possível dizer dos resultados dessa formação regular no *curso normal regional* da Fazenda do Rosário, por isso que os primeiros mestres rurais só concluirão seus estudos em fins de 1953. Contudo, é possível afirmar que a sua preparação está sendo feita com o mesmo espírito que tem presidido aos cursos de treinamento dos mestres em serviço. E, desses cursos, pelos quais, na Fazenda do Rosário, nos anos de 1948 a 1952

passaram 515 mestres-alunos, existe farta documentação que permite aquilatar dos bons resultados obtidos.

Tal documentação consta de correspondência epistolar, de caráter quase confidencial, entre antigos alunos dos cursos e professores da Fazenda do Rosário; de correspondência oficial entre os mestres-rurais assim preparados e o *Serviço de Orientação Técnica do Ensino Rural*; e, ainda de relatórios e informes de inspetores escolares, prefeitos municipais e outras autoridades.

A primeira parte desses documentos fala, sobretudo, da *compreensão moral e cívica* que os cursos de treinamento têm inculcado aos mestres rurais. Evidencia a convicção de que eles se sentem ligados a uma obra comum, razão por que não se sentem sós na tarefa que empreendem. Mostra o anseio de grande número de mestres por mais e melhor cultura, a fim de melhor servirem às populações rurais. Há cartas realmente comovedoras por qualquer desses aspectos.

A correspondência oficial denota o desenvolvimento geral de uma *consciência técnica*, dantes quase inexistente. Demonstra, por outro lado, uma nova confiança nas autoridades de ensino do Estado. Essa atitude decorre, sem dúvida, também de outras modificações da vida dos mestres, como a de melhoria de salários, por suplementação do Estado, e a instalação de muitas escolas em novos edifícios construídos nas zonas rurais, com residências para o professor e sua família (17).

Mas, verdade se diga, ela se manifesta mesmo em numerosos mestres que ainda não tenham sido beneficiados nem com uma nem com outra dessas providências. Condição de ordem geral são os esforços do *Serviço de Orientação Técnica do Ensino Rural*, que têm chegado a todos os professores, por intermédio da publicação periódica *Escola Rural*, editada por esse serviço.

Os relatórios de inspetores e orientadores de ensino rural reafirmam as impressões que se podem ter através da correspondência direta com os mestres. Por vêzes, são eles acompanhados de ensaios monográficos sôbre a escola ou a região onde a escola funciona. Outras vêzes, de relatos mais simples, nos quais se dá notícia de dificuldades encontradas no trabalho, erros e acertos.

(17) A melhoria de salários provém dos convênios celebrados entre o governo do Estado e numerosos municípios, mas, infelizmente, ainda não com todos eles. Os novos edifícios são os do programa de construções escolares do Ministério da Educação, através do INEP, com aplicação de parte dos recursos do *Fundo Nacional de Ensino Primário*.

Muito típico é o relato da professora da Escola Rural de Varginha, município de Brazópolis, referente ao segundo semestre do ano de 1949. Essa mestre havia trabalhado antes, em outra escola, durante dez anos, sem que para seu trabalho tivesse recebido qualquer orientação. Após o curso de treinamento pôs em prática os novos conhecimentos e técnicas aprendidas. Começou, diz ela, por organizar a "sopa escolar", que logo atraiu maior freqüência de crianças à escola. O interesse pela refeição facilitou o preparo de uma pequena horta, trabalhada pelos alunos. O Prefeito municipal, sabedor das dificuldades com que contava a professora para o preparo da sopa, ao ar livre, mandou construir uma pequena cozinha junto à escola. Um fazendeiro vizinho, vendo que as terras da escola não se prestavam à horta, permitiu que, em parte de suas terras, fossem as plantações dos alunos estendidas. Por sua vez, os alunos verificaram que podiam obter maiores recursos vendendo parte da produção, e assim também objetos que passaram a fabricar sob a orientação da mestra. Com parte desses recursos, foi montada uma pequena farmácia de urgência, a qual passou a contar com a assistência de um enfermeiro habilitado, uma vez por semana. Desde que montada a farmácia, novo e redobrado interesse da população dos arredores foi demonstrado pela Escola. "Hoje" — diz o relatório, simples, minucioso, quase ine-ênuo da mestra de Varginha — "temos fartura, alegria, freqüência e saúde". Seu caso foi aqui citado por ser deveras expressivo, não é, porém, senão um, dentre muitos.

Dos documentos que pudemos examinar, verifica-se, em aita percentagem, que os mestres que hajam passado pelos cursos de treinamento da Fazenda do Rosário, estão revelando firme decisão de realizar "serviço social" pela escola; que, em conpeoüência, estão mudando o tipo de relações dantes existentes entre a escola e as famílias dos alunos; que têm procurado difundir conhecimentos e bons hábitos de higiene e puericultura; que estimulam, nos alunos, o gosto pela vida do campo, sobretudo graças à organização de atividades recreativas e de caráter produtivo.

Quanto ao aumento do rendimento do ensino, expresso por índices de aprovação anual dos alunos, não há ainda dados numéricos suficientes para aquilatar, em boa técnica, das flutuações de amostra. Contudo, fato muito alentador a esse respeito, é o sensível aumento da freqüência dos alunos, observada em quase todas as escolas de que os mestres tenham passado por

curso de treinamento, ou de formação em serviço, na Fazenda do Rosário.

Certo é, porém, com relação a um ou outro dos aspectos apontados, que o trabalho dos mestres rurais mais rapidamente frutifica, quando na localidade ou em localidade próxima, existem serviços de assistência sanitária, ou serviços de fomento da produção, ou quando também as autoridades do município, ou o pároco, lhes compreendam os esforços e com eles, ao menos simbolicamente, cooperem. Ou, então, quando o regente da escola rural tenha também a seu cargo a escola noturna para adolescentes e adultos analfabetos e, por intermédio dela, obtenha maior participação da população na reforma da escola.

Essa observação não invalida, porém, de nenhum modo os resultados que já se documentam quanto ao trabalho dos egressos de cursos da fazenda do Rosário. Pelo contrário, a documentação revela que os mestres que por eles tenham passado estão sabendo *procurar a cooperação de outros serviços e pessoas*, e que estão envidando esforços, enfim, para que nas escolas rurais a seu cargo se instale verdadeiro espírito de *educação de base*.

CONCLUSÕES

Das duas experiências anteriormente descritas, será possível retirar algumas conclusões de ordem geral, válidas com relação ao problema da formação do professor rural no Brasil? ..

Parece-nos que sim, desde que bem enquadremos os dois ensaios em suas condições de origem, e nas de evolução educativa e de transformação econômica do país, nos últimos tempos.

1. Ambas as experiências, apoiadas por entidades privadas, denotam profundo interesse pela organização da vida rural no país, refletindo tanto preocupações de ordem pedagógica quanto de ordem econômico-social. A experiência de Juazeiro do Norte parece refletir, em sua origem, pelo menos, certa inquietação de um grupo de homens cultos da região do nordeste, em face dos escassos resultados de grandes e custosas obras que nessa região se fizeram, com o fim de combater os males das secas periódicas, escassez de resultados que deve ser atribuída à falta de maior esclarecimento do povo, ou carência de educação. A experiência da Fazenda do Rosário, aspecto de um plano de maior extensão, terá refletido, entre outras, a preocupação de obstar o deslocamento de grandes grupos da população de Minas

Gerais para os Estados vizinhos, os de leste e do sul, que reclamam braços para a industrialização, e os de centro-oeste, nos quais a ocupação econômica está procedendo a uma mudança de "fronteiras".

2. As bases técnicas de uma e de outra das experiências são diversas. As de Juazeiro do Norte decorreram da aceitação do princípio de que bastará juntar ao currículo das escolas normais de cidades o ensino de práticas e técnicas agrícolas para que os mestres, assim formados, venham a sentir entusiasmo pelo trabalho nas escolas rurais, e para que essas escolas, com tais mestres, passem a representar eficiente instrumento de "fixação do homem ao campo". As da Fazenda do Rosário parecem ter mais claramente entrevisto que o problema da *formação do pessoal docente rural* está intimamente ligado ao de *seu recrutamento*. Aceitando o recrutamento por assim dizer natural, já existente, têm tratado de adaptar, ou de readaptar os mestres, que encontrou em serviço, a uma nova filosofia e a uma nova pedagogia de cunho acentuadamente *social*; ao mesmo tempo, procedendo ao estudo desses elementos, acabou por concluir que o problema de formação regular não poderá ser desvinculado do da origem dos candidatos ao ensino nas zonas rurais. Em termos mais claros, estabeleceu que os mestres rurais devem proceder de ambiente rural, e que só em ambiente rural, devidamente penetrado de condições que inspirem o progresso social, poderão ser eficientemente preparados. Não havia de começar essa experiência, com efeito, pelos cursos de formação regular, mas, sim, por esforços de recuperação de mestres improvisados e já em serviço.

3. Essa seqüência teve um benéfico efeito, deliberadamente procurado, ou não, e que foi o seguinte: o de fazer chegar ao ambiente da Fazenda do Rosário, pela presença de centenas de mestres, em grupos sucessivos, os mais prementes problemas e as necessidades reais do ensino rural do Estado. A experiência pôde assim receber, desde o início, um cunho de inconfundível realismo e de forte compreensão humana, e de que os cursos de formação, só mais tarde instalados, recebem agora os benefícios.

4. Ademais, a idéia desde o início defendida, de que o ambiente dos cursos deveria ser "um centro de organização rural", para que pudesse inspirar o *espírito de comunidade*, parece ter encontrado na prática, comprovação muito eficiente. Faltou ao ensaio de Juazeiro do Norte um ambiente do mesmo gênero, como lhe faltou o preenchimento de condições essenciais com re-

lação ao recrutamento dos alunos, ao menos, na sua maioria; é sem dúvida também a existência de um centro de tal natureza que permite manter um corpo de professores, que vivam em regime de internato, participando da vida social dos alunos, condição que parece ser decisiva em empreendimentos da espécie.

5. O confronto dos resultados já obtidos em um e outro dos ensaios e o exame das condições sociais e econômicas da maioria das populações do país indicam que a duração dos cursos de formação do pessoal de ensino deve ser breve, e sua estrutura deve ser simples e pouco ambiciosa. Quatro anos de estudos após a conclusão do curso primário, para alunos de 14 a 15 anos de idade, parece ser a duração satisfatória. Nenhuma razão há para a inclusão, no curso, de línguas estrangeiras, ou de disciplinas de elevado tratamento conceitual. As atividades extra-curriculares, pelas quais se organize um ambiente de vida social, que crie verdadeiro espírito de serviço, deverão ter, no entanto, grande desenvolvimento; também, para esse efeito, o regime de internato torna-se indispensável.

6. Certamente, os cuidados no recrutamento dos alunos, na organização dos programas e adoção de métodos ativos constituem condições fundamentais. Seus resultados de formação não se estabilizarão, porém, se os egressos dos cursos *forem abandonados à sua própria sorte*, isto é, se perderem todo contacto com os centros de formação, e se não tiverem a guiá-los serviços de orientação" técnica do ensino, que, entre outras providências, estimulem a associação dos esforços educativos da Escola com os de outras instituições. O permanente contacto com egressos dos cursos levarão os centros de formação, ou treinamento, a rever de modo contínuo seus planos, programas e métodos. Mas, para isso, cursos breves, nos mesmos centros, destinados a mestres já em serviço, produzirão excelentes resultados, como a experiência da Fazenda do Rosário o demonstra. Em países de alta percentagem de mestres improvisados, como o Brasil, esta providência deveria ser generalizada, pelo que podem representar no esforço de elevação do pessoal docente rural.

7. Quer a experiência de Juazeiro do Norte, que vem de 1934, quer a do centro da Fazenda do Rosário, mais recente, têm exercido sensível influência no estudo dos problemas da educação rural do país. Alguns Estados vizinhos ao Ceará têm enviado mestres para estágio na Escola Normal Rural de Juazeiro; bolsistas de muitos Estados têm sido enviados também para cursos de treinamento na Fazenda do Rosário. Aquela tem sido sede de

reuniões de estudo da vida rural; nesta, ainda há pouco se reuniu o I *Seminário de Estudos Rurais*, do qual participaram representantes de 16 Estados brasileiros. Entre as conclusões desse Seminário figura a sugestão para criação de um *Instituto de Educação Rural*, destinado a pesquisas sobre o assunto, e à formação dos professores de Escolas Normais Regionais. Essa mesma idéia, aliás, já antes fora agitada por uma comissão organizada pelo *Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura*, que é, no Brasil, a comissão nacional da UNESCO.

8. O interesse pela formação, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal docente para as escolas rurais tem freqüentemente crescido, nos últimos anos. Ensaios valiosos têm sido realizados em vários Estados, além dos descritos neste artigo (Pernambuco, Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina). O esforço direto dos educadores está sendo valorizado por uma nova consciência geral, com relação aos problemas da vida rural, provocada, especialmente, pelo desequilíbrio entre a produção agrícola e a produção industrial do país. Em junho de 1951, o presidente da República enviou ao Congresso Nacional uma mensagem, na qual pede a criação de um *Serviço Social Rural*, similar ao *Serviço Social da Indústria* e ao *Serviço Social do Comércio*, já existentes. Entre os objetivos dessa nova entidade figuram "a educação e a assistência sanitária às populações rurais, o incentivo à organização e reorganização das comunidades rurais, e a realização de inquéritos e pesquisas para conhecimento e divulgação das necessidades econômicas e sociais do homem do campo". Um mês depois, o presidente da República expediu um decreto que institui a *Comissão Nacional de Política Agrária*. Por outro lado, já em 1950, revogou o Ministério da Educação, em cooperação com o da Agricultura, os primeiros ensaios de *Missões Rurais de Educação de Base*. Desde então, tem aquele Ministério desenvolvido também pequenos centros para formação de líderes de serviço social rural, em vários pontos do país. De 25 de janeiro a 14 de fevereiro de 1953, reuniu-se, na Universidade Rural, nas proximidades do Rio de Janeiro, o *Seminário Latino-Americano de Bem Estar Rural*, sob os auspícios das Nações Unidas e do Governo Brasileiro.

9. No conjunto dessas realizações e iniciativas, tem-se verificado sempre a necessidade da melhoria da formação do pessoal docente rural, sem prejuízo, é certo, de outras medidas que possam vir a situar a Escola Rural num sistema orgânico de "educação de base", no amplo sentido que a esta expressão vem dando a UNESCO.

BIBLIOGRAFIA

- A Escola Rural* (Boletim dos cursos de aperfeiçoamento para professores rurais, Imprensa Oficial, Belo Horizonte, nºs 1 e 2, 1948; nos 3 e 4, 1949; nº 5, 1950; nº 6, 1951).
- ALMEIDA JUNIOR, A. de, "Objetivos da Escola Primária Rural", in *Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio. Vol. 1, nº 1, junho 1944, pág. 29-35,
- ANAIS DA SEMANA RURALISTA DO JUAZEIRO, Imprensa Oficial, Fortaleza, Ceará, 1938.
- AZEVEDO, Fernando de, "O problema da educação rural", in *A educação e seus problemas*, Cia. Ed. Nacional, S. Paulo, 1946.
- CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS, *Atividades de 1950*, Departamento Nacional de Educação, Janeiro de 1951 (mimeografado).
- ESCOLA NORMAL RURAL DO JUAZEIRO, *Programa*, Tip. Minerva, Fortaleza, Ceará, 1944.
- ESTADO DO CEARA, *Regulamento da Escola Normal Rural*, Imprensa Oficial, Fortaleza, Ceará, 1934.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, *Organização do Ensino Primário e Normal*, (20 fascículos.) Serviço do IBGE, Rio. 1939 — 1945.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, *Situação Geral do Ensino Primário*, publicação nº 13, Serviço Gráfico do IBGE, 1941.
- KING-HALL, Robert, "Observações e impressões sobre o ensino rural no Brasil", in *Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio 'Vol. XIV, nº 38) janeiro-abril 1950, págs. 110-125.
- LOURENÇO FILHO, M. B., *Education in Brazil*, Ministério das Relações Exteriores, Rio, 1951.
- MENNUCCI, Sud, *A Crise Brasileira de Educação*, São Paulo, 1930.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, *Reforma agrária no mundo e no Brasil*, (Estudos e ensaios, nº 4) Rio, 1952.
- MINISTERIO DA AGRICULTURA, *Missões rurais de educação: a experiência de Itaperuna*, Serviço de Informação Agrícola, Rio de Janeiro, 1952.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, *Cursos intensivos de férias e cursos de treinamento para professores rurais*. Serviço de Orientação Técnica do Ensino Rural, Belo Horizonte, 1952 (mimeografado).
- SEMINARIO DE ESTUDOS RURAIS DE MINAS GERAIS, *Síntese das conclusões*, Belo Horizonte, 1952 (mimeografado).
- SEMINÁRIOS INTERAMERICANOS DE EDUCAÇÃO, nº 1, Rio de Janeiro, 1949, *La educación fundamental del adulto americano*, OEA, UNESCO, BRASIL, Division of Education, Union Panamerican, Washington D. C. 24, julho-dezembro, 1951, Rio.
- SOCIEDADE PESTALOZZI DO BRASIL, *Boletim semestral*, Ano VII. nº 24, julho-dezembro, 1951 — Rio.
- SOUSA, Joaquim Moreira de, "Memória sobre as humildes origens da Escola Normal Rural do Juazeiro no Ceará", in *Anais do VIII Congresso Brasileiro de Educação* (Goiânia, 1942) Serviço Gráfico do IBGE, Rio, 1944.